

Olá, tudo bem? Como faço mensalmente, quero dividir contigo as últimas ações parlamentares e atividades da minha legislatura com o objetivo de deixar você totalmente por dentro do que acontece por aqui, assim como dos gastos mensais do gabinete #SomosAMudança.

Espero que agrade. Qualquer dúvida, estou à disposição!

Abraço,

**Felipe Camozzato**

### **COMPROMISSO DA QUOTA BÁSICA MENSAL (QBM)**

Só no mês de abril, o gabinete #SomosAMudança economizou **R\$ 15.679** do seu dinheiro, somente em QBM (material de escritório, telefone, diárias, etc.)

Logo abaixo estão os gastos do mês, **para conferência:**

|  |                        |    |                   |
|--|------------------------|----|-------------------|
| <b>GASTOS COM QUOTA BÁSICA MENSAL:</b><br>NOVAMENTE BATEMOS A META DE GASTAR<br>MENOS DO QUE R\$ 2.000 DA QUOTA! | TELEFONE FIXO          | —— | R\$ 80,85         |
|  | TELEFONE MÓVEL 1 E 2   | —— | R\$ 61,64         |
|  | CÓPIAS E IMPRESSÕES    | —— | R\$ 43,38         |
|  | MATERIAL DE EXPEDIENTE | —— | R\$ 73,45         |
|  | JORNAIS ONLINE         | —— | R\$ 55,60         |
|  | <b>TOTAL DO MÊS</b>    | —— | <b>R\$ 314,92</b> |

**PROMESSA CUMPRIDA**

### **FELIPE LAVA JATO POR 1 DIA**

No começo de abril, petistas colocaram "Lula" depois de seu primeiro nome, como protesto à prisão do ex-presidente condenado. Como forma de resposta, fiz uma homenagem à operação Lava Jato: tornei-me FELIPE LAVA JATO por 1 dia, através da troca do nome parlamentar. É importante destacar que essa alteração envolve zero custo e serviu para deixar claro o meu repúdio à defesa de bandidos, promovida pelos parlamentares da esquerda. Quem merece homenagens e defesa são as instituições brasileiras: guardiãs da democracia e da justiça em nosso país.

### **MUDANÇAS NOS FOODTRUCK'S DA CAPITAL**

O mês de abril foi movimentado para os food trucks: após dois anos da aprovação da lei que instituiu o sistema de rodízio de 27 food trucks, foram finalmente entregues os alvarás de funcionamento aos empreendedores.

Ao contrário do que diz a lei do sistema de rodízio, os trucks contemplados terão pontos fixos, o que descaracteriza a natureza itinerante dos trucks. Por outro lado, já é um pequeno avanço, já que esses empreendedores poderão trabalhar.

Diante disso, desde o ano passado tramita um projeto de minha autoria junto aos demais vereadores da FREPED que propõe uma dinâmica mais livre para o setor, pois acredito que estes trabalhadores deveriam poder estacionar em ruas, praças e parques da cidade, desde que respeitado o limite de distância dos estabelecimentos fixos.

Para discutir esses pontos e entender o dia-a-dia dos truckers, o gabinete e o partido NOVO promoveram um evento de rua em que aconteceu um bate-papo sobre o mercado cervejeiro e sobre o projeto que propus. Foi muito alto astral!

Quer ver? Confere o vídeo no link: [bit.ly/eventotrucks](http://bit.ly/eventotrucks)

## **PREJUÍZO MILIONÁRIO DA CARRIS: EXIGIMOS UMA EXPLICAÇÃO**

Estou de olho no prejuízo das empresas estatais, onerando ainda mais o pagador de impostos com o custo da incompetência. Assim, identifiquei que a Carris publicou uma segunda versão do seu balanço contábil de 2016, incrementando o valor do seu prejuízo em 50 %. No total, são **76 milhões de déficit** nesse ano.

Fiz o convite, então, para que a diretoria da empresa comparecesse à Câmara e prestasse as devidas explicações. Foi declinado. Dessa forma, protocolei um requerimento na Comissão de Orçamento e Finanças, que, aí sim, foi acatado pela diretoria.

Agora aguardamos a data do comparecimento!

## **COMO FICAM OS APLICATIVOS DE TRANSPORTE EM PORTO ALEGRE?**

Ao longo do mês de abril discutimos a regulamentação dos aplicativos de transporte em Porto Alegre. Foi uma discussão especialmente importante porque fomos a primeira capital a discutir e votar uma legislação baseada na recém sancionada lei federal sobre o tema. Dessa forma, o que fizéssemos aqui poderia vir a inspirar os demais municípios do país quanto às regras de operação dos APPs. Vou dividir contigo o que considero serem os pontos mais relevantes da votação:

- Proibição do serviço para veículos emplacados fora do Estado do RS. Fui contrário a essa restrição por entender que, além de inconstitucional, é legítimo que pessoas que não tenham condições de comprar um carro, aluguem um para poder trabalhar, porém a maioria dos carros para locação são emplacados fora do RS em função do alto IPVA cobrado aqui.

- Possibilidade de pagamento em dinheiro. Fui favorável a que se permita o pagamento em dinheiro pois essa é a única opção para a maioria dos brasileiros (menos da metade tem acesso a cartões de crédito) e proibir que as empresas adotem também essa forma de pagamento seria elitizar o serviço.

- Exigência de sede ou filial para empresas que queiram prestar o serviço em Porto Alegre. Fui o único a votar contra essa obrigação, por entender que, além de inconstitucional, é uma barreira à entrada de novas pequenas empresas e impõe custos que podem aumentar o preço para os usuários.

- Idade veicular máxima de 08 anos para os veículos. Fui contrário à idade máxima por entender que, além de inconstitucional, o consumidor é que deve escolher que tipo de serviço quer ter, além de que impõe custos que podem aumentar o preço para os usuários e motoristas.

- Possibilidade de mais de um motorista cadastrado por veículo. Essa mudança permitirá que motoristas dividam o custo do veículo, trabalhando em turnos distintos.

Inúmeras outras mudanças foram votadas e, ao fim, o projeto foi aprovado. Após todas as emendas, fui o único a votar CONTRA o projeto final por entender que foram aprovadas diversas inconstitucionalidades, como a restrição de emplacamento no RS, a obrigação de compartilhamento de dados sensíveis, a obrigação de sede ou filial em POA e o limite de idade veicular. Muitas delas já foram inclusive reconhecidas pela Justiça na ADIN (ação direta de inconstitucionalidade) apresentada pelo NOVO. Portanto, por achar que o projeto fere a Constituição e intervém em diversos aspectos econômicos e burocráticos, não votei a favor do projeto.

## **RECURSO DE PREJUDICIALIDADE: CONTRA EMENDA QUE PROÍBE CARROS EMPLACADOS FORA DO RS DE OPERAREM EM APLICATIVOS DE TRANSPORTE**

Apresentei, junto do Vereador Dr. Thiago, um recurso que contestava a validade da emenda que obriga os veículos que trabalham para aplicativos de transportes a serem emplacados no Rio

Grande do Sul. O recurso foi votado em plenário e foi rejeitado. A depender do que for sancionado pelo Executivo, ainda é possível ingressar com uma ação judicial se algo for considerado inconstitucional.